

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.



Aviso de CONTRATAÇÃO DIRETA

Dispensa Presencial nº 21/2024. Processo nº 69/2024.

CONTRATANTE: Município de Jequitaí/Mg.

OBJETO: Contratação de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 57.499,28 (cinquenta e sete mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PRESENCIAL PARA ANÁLISE DE CONFORMIDADE DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA: 05/12/2024.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

AVISO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA PRESENCIAL Nº 21/2024.

(Processo Administrativo no. 69/2024)

Torna-se público que o Município de Jequitaí/Mg, inscrito no CNPJ sob o n. 18.279.083/0001-65, por meio do Setor de Licitações e Contratos (SLC), realizará Dispensa presencial com critério de julgamento menor preço, na hipótese do <u>art. 75</u>, inciso II, nos termos da <u>Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021</u>, dos Decretos municipais nº 515 de 2024, nº 494/2023 e nº 510/2024, e demais normas aplicáveis.

Link de acesso aos Decretos: https://site.jequitai.mg.gov.br/decretos/.

Data, horário e local da sessão de análise de conformidade de habilitação e proposta: 05/12/2024, às 09:00 hrs, à rua Diamantina, nº. 364, Centro, Jequitaí/MG.

Prazo para o envio de proposta: Até o dia 05/12/2024, às 08:59 hrs.

Endereço Físico para o envio de proposta: rua Diamantina, n° . 364, Centro, Jequitaí/MG.

Endereço eletrônico para o envio de proposta: licitacoes@jequitai.mg.gov.br.

Critério de Julgamento: Menor Preço.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa presencial de licitação, de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
 - a) Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor apresentar proposta em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA PRESENCIAL.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- 2.1. O interessado em participar da presente dispensa presencial deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis da publicação do Termo de Referência e da autorização da dispensa presencial no Sitio Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), enviar proposta de preços em valor não superior ao preço de referência ao Setor de Licitação e Contratos (SLC) por meio dos endereços físicos e eletrônicos descritos nos preâmbulos.
- 2.2. Faz parte deste aviso, como anexos, o Termo de Referência e Autorização da dispensa.
- 2.3. O procedimento será divulgado no <u>Portal Nacional de</u> Contratações Públicas PNCP.
- 2.4. É de inteira responsabilidade dos interesses o envio das propostas na forma física ou eletrônica, não cabendo ao licitante à responsabilidade por eventuais extravios no envio das propostas.
- 2.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
 - a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - c) que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da <u>Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de</u> 1976, concorrendo entre si;
- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.5.c.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.5.c.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- d) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- e) sociedades cooperativas.
- 2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.

- 3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo.
 - a) O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 3.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou desconto ofertados, vinculam a Contratada.
- 3.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas,



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

- a) A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- b) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.5. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 3.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade cumprimento das disposições nelas contidas, conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar fornecimentos nos seus termos, bem como de fornecer os ferramentas materiais, equipamentos, utensílios e necessários, em quantidades e qualidades adequadas perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 3.8. A proposta deverá ser acompanhada das seguintes declarações:
 - a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - c) que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
 - d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
 - e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

aprendiz, nos termos do <u>artigo 7°, XXXIII, da</u> Constituição.

- 3.9. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1. Na data, horário e local designada no preambulo para analise de conformidade da proposta, a comissão de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta com menor preço ou maior desconto quando a adequação em relação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao preço máximo de contratação estipulado no Termo de Referência.
- 4.2. Quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, a comissão de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.
 - a) Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
 - b) A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa presencial, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação e solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao valor negociado, se for o caso.
- 4.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação será solicitado ao fornecedor o envio dos documentos de habilitação, quando necessários.
 - a) Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços,



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

conforme modelo anexo, com os valores adequados à proposta vencedora.

- 4.5. Declarada a proposta vencedora, se houver, a comissão de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação.
- 4.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
 - a) Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 4.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - a) contiver vícios insanáveis;
 - b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - c) apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 4.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 4.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - b) Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 4.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do fornecimento ou da área especializada no objeto.
- 4.12. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se aos proponentes a nova data e horário para a sua continuidade.
- 4.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam do Termo de Referência e serão solicitados apenas ao fornecedor mais bem classificado.
- 5.2. A habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio de sítios oficiais, quando disponível.
- 5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, preferencialmente por meio de e-mail, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação.
- 5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a

PREFEITU Es Praca Cristo

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 5.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
 - a) Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.
- 5.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
 - a) Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 5.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. CONTRATAÇÃO

- 6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 6.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- a) Alternativamente à convocação para comparecer para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- b) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
 - a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
 - b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 6.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei n° 14.133, de 2021, quais sejam:
 - a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 7.1.j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 1) praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5° da Lei</u> n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 7.1.a) deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.a) a 7.1.l);
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.b) a 7.1.g) deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.h) a 7.1.l), bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°)
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- 7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- 7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados (<u>art. 156,</u> §1°):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Administração Pública que também da tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do $art.~163~da~Lei~n^{\circ}$ 14.133, de 2021.
- 7.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá, alternativamente:
 - a) Realizar a contratação direta do fornecer constante da estimativa de preço da contratação com proposta mais vantajosa para a administração e desde que atendidas as condições da habilitação exigidas (art. 11, inciso I, do Decreto n. 515/2024); ou
 - b) Solicitar formalmente a outro fornecedor não constante na cesta de preços da contração, por e-mail ou ofício com assinatura do agente responsável, proposta de preços do objeto a ser contratado, mantendo as condições anteriores (art. 11, inciso II, do Decreto n. 515/2024);
 - c) Republicar presente aviso com uma nova data.
- 8.2. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

- 8.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.7. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.8. Da sessão pública será divulgada Ata no Diário Oficial do Município.
- 8.9. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) ANEXO I Termo de Referência
- b) ANEXO II Minuta de Termo de Contrato, quando houver;
- c) ANEXO III Proposta Comercial;

Jequitaí, 02 de dezembro de 2024.

Eldimá Caldeira Benfica Prefeito Municipal de Jequitaí



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº. --/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID
1	Fonte mangueira redonda	114	Unid.
2	Refletor slim 50w 12x15cm	6	Unid.
3	Mangueira redonda 220 v azul	300	MT
4	Mangueira redonda 220 v vermelha	100	MT
5	Mangueira redonda 220 v verde	100	MT
6	Mangueira led redonda 220 v bq	1200	MT
7	Mangueira led redonda 220 v bf	300	MT
8	Refletor slim 50w 11x14cm	04	Unid.
9	Refletor slim 50w verde	04	Unid.
10	Mangueira 50/50 bf	200	MT
11	Cordão de luz 100 mts	01	Unid.
12	Lâmpada bolinha	100	Unid.
13	Locação de Presépio tamanho real confeccionado em fibra de vidro e revestido com roupas de tecido sintético e composto por: Maria, José, os 3 Reis, Menino Jesus e os animais (vaca, burro e carneiro) e uma manjedoura.	01	Unid.
14	Locação de trenó de 80 cm de largura, 2 m de comprimento confeccionado em barra de metalon revestido em chapa de alumínio com estofado em material corinho sintético	01	Unid.
15	Locação de Árvore de natal confeccionada em metalon e coberta com festão verde e uma Estrela de Davi revestida de cordão em neon.	01	Unid.
16	Locação de Renas em tamanho real confeccionada em fibra de vidro.	02	Unid.
17	Bolas de vinil brancas 45 cm	90	Unid.
18	Bolas de natal ornamentais brilhantes lisa de natal 45 cm cores vermelha, azul, dourada e prata	45	Unid.
19	Bolas de natal ornamentais brilhantes lisa de natal 25 cm cores vermelha, dourado, azul e prata.	120	Unid.
20	Laços de natal vermelhos grandes 50 cm	30	Unid.
21	Sinos grandes dourados de enfeite 50 cm dourado	20	Unid.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

22	Estrelas grandes 15 cm cor dourada	15	Unid.
23	Flores natalinas douradas e vermelho	60	Unid.
24	Rolos de fita aramada decorativa para natal cores diversas 6,3cm x 9,14 m	6	Unid.
25	Festão verde	05	MT
26	Tecido Cetim cores diversas	20	MT
27	Tecido Malha Helanquinha cores diversas	21	MT
28	caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm	01	Unid.
29	Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno	01	Unid.
30	Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses	01	Unid.
31	Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e fundo: Linden; Tarraxas: Pino grosso niqueladas; Braço: Catalpa; Escala: Maple Escurecido; Trastes: 19 em Alpaca; Acabamento: Verniz brilhante; Cor: Natural (N). Tamanho 39''.Garantia 03 meses	01	Unid.

1.2. O preço máximo de referência global ou por item admitido será os constantes na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
1	Fonte mangueira redonda	114	Unid.	20,00	2.280,00
2	Refletor slim 50w 12x15cm	6	Unid.	52,90	317,40
3	Mangueira redonda 220 v azul	300	MT	12,00	3.600,00
4	Mangueira redonda 220 v vermelha	100	MT	12,00	1.200,00
5	Mangueira redonda 220 v verde	100	MT	12,00	1.200,00
6	Mangueira led redonda 220 v bq	1200	MT	12,00	14.400,00
7	Mangueira led redonda 220 v bf	300	MT	12,00	3.600,00
8	Refletor slim 50w 11x14cm	04	Unid.	119,20	476,80
9	Refletor slim 50w verde	04	Unid.	52,90	211,60
10	Mangueira 50/50 bf	200	MT	12,00	2.400,00
11	Cordão de luz 100 mts	01	Unid.	1.100,00	1.1000,00
12	Lâmpada bolinha	100	Unid.	15,00	1500,00
13	Locação de Presépio tamanho real confeccionado em fibra de vidro e revestido com roupas de tecido sintético e composto por: Maria, José, os 3 Reis, Menino Jesus e os animais (vaca, burro e carneiro) e uma manjedoura.	01	Unid.	4.500,00	4.500,00
14	Locação de trenó de 80 cm de largura, 2 m de comprimento	01	Unid.	2.000,00	2.000,00



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

				I	1
	confeccionado em barra de metalon				
	revestido em chapa de alumínio com				
	estofado em material corinho sintético				
	Locação de Árvore de natal				
	confeccionada em metalon e coberta				
15	com festão verde e uma Estrela de	01	Unid.	1.000,00	1.000,00
	Davi revestida de cordão em neon.				
	Locação de Renas em tamanho real				
16	confeccionada em fibra de vidro.	02	Unid.	1.000,00	2.000,00
17	Bolas de vinil brancas 45 cm	90	Unid.	19,20	1.728,00
/	Bolas de natal ornamentais	, ,	011201	17/20	1.720700
	brilhantes lisa de natal 45 cm				
18	cores vermelha, azul, dourada e	45	Unid.	98,99	4,454,55
	prata				
	Bolas de natal ornamentais				
1.0	brilhantes lisa de natal 25 cm	100	' -	0 07	1 064 40
19	cores vermelha, dourado, azul e	120	Unid.	8,87	1.064,40
	prata.				
20	Laços de natal vermelhos grandes 50	30	Unid.	80,00	2.400,00
20	cm	30	onia.	00,00	2.100,00
21	Sinos grandes dourados de enfeite	20	Unid.	35,47	709,40
	50 cm dourado			·	·
22	Estrelas grandes 15 cm cor dourada	15	Unid.	18,12	271,80
23	Flores natalinas douradas e	60	Unid.	12,11	726,60
	vermelho			,	.,
0.4	Rolos de fita aramada decorativa		' -	07 62	165 50
24	para natal cores diversas 6,3cm x 9,14 m	6	Unid.	27,63	165,78
	19,14 [[]				
2.5		ΛE	MT	20 00	100 00
25	Festão verde	05	MT	20,00	100,00
25 26	Festão verde Tecido Cetim cores diversas	05 20	MT MT	20,00 7,90	100,00 158,00
	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores				
26	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas	20	MT	7,90	158,00
26	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de	20	MT	7,90	158,00
26	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do	20	MT	7,90	158,00
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não	20	MT	7,90	158,00
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26 27 28	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno	20	MT MT	7,90 59,95	158,00 1.258,95
26 27 28	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas:	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica;	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29	Festão verde Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo:	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento:	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia:	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29 30	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e fundo: Linden; Tarraxas: Pino	20 21 01 01	MT MT Unid. Unid.	7,90 59,95 1.329,00 99,00	158,00 1.258,95 1.329,00 99,00
26 27 28 29	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e fundo: Linden; Tarraxas: Pino grosso niqueladas; Braço: Catalpa;	20 21 01	MT MT Unid.	7,90 59,95 1.329,00	158,00 1.258,95 1.329,00
26 27 28 29 30	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e fundo: Linden; Tarraxas: Pino grosso niqueladas; Braço: Catalpa; Escala: Maple Escurecido; Trastes:	20 21 01 01	MT MT Unid. Unid.	7,90 59,95 1.329,00 99,00	158,00 1.258,95 1.329,00 99,00
26 27 28 29 30	Tecido Cetim cores diversas Tecido Malha Helanquinha cores diversas caixa tambor: Peso da caixa de bateria 1,8 kg Material do corpo do casco Alumínio Tipo de caixa de bateria Guerra Pele de ataque Não Material do aro Alumínio Largura do aro 15 cm Quantidade de parafusos de afinação 07 Tamanho da caixa de bateria 14" x 15cm Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm; 540 g; Material Acrilonitrila butadieno estireno Viola de 10 cordas Tarraxas: Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor: Preto Acabamento: Verniz Brilhante; Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em aço. Garantia: 03 meses Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e fundo: Linden; Tarraxas: Pino grosso niqueladas; Braço: Catalpa;	20 21 01 01	MT MT Unid. Unid.	7,90 59,95 1.329,00 99,00	158,00 1.258,95 1.329,00 99,00



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Tamanho 39''.Garantia 03 meses

- 1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO
- 2.1. Contratação de empresas para locação e fornecimento equipamentos musicais e materiais diversos para ornamentação natalina justificam-se devido ao atendimento ao Grupo de Foliões de Reis que necessitam dos instrumentos para suas apresentações no período entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, visando manter as suas manifestações culturais e religiosas e as aquisições de materiais diversos para compor a decoração dos espações públicos do município no período natalino.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

3.1. Não se aplica.

Indicação de marcas ou modelos:

3.2. Não se aplica.

Da vedação de contratação de marca ou produto:

3.3. Não se aplica.

Da exigência de amostra:

3.4. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

3.5. Não se aplica.

Subcontratação

3.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.



Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- O prazo de entrega será de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da solicitação.
- 4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 1 (um) dia útil de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 4.3. Os bens deverão ser entregues no endereço constante na ordem de serviço emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Jequitaí.

Garantia, manutenção e assistência técnica

4.4. A garantia consiste na prestação pela empresa, todas as obrigações previstas na Lei nº. 14.133/2021.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 4.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente pelo prorrogado tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- O contratante poderá convocar representante empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou equivalente, o contratante poderá convocar o representante contratada reunião empresa para inicial de fiscalização, apresentação do plano conterá que informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

4.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ($\underline{\text{Lei } n^{\circ} 14.133}$, $\underline{\text{de 2021}}$, $\underline{\text{art. 117}}$, $\underline{\text{caput}}$).

Fiscalização Técnica

- 4.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, VI);
 - 4.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, II);
 - 4.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, III);
 - 4.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, IV).
 - 4.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, V).
 - 4.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022,



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

art. 22, VII e Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 4.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ($\underbrace{\text{Art. 23, I e II, do Decreto}}_{n^{\circ} 11.246, \text{ de 2022 e Art. 23, I e II, do Decreto municipal no 510, de 2024).}$
 - 4.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV e Decreto municipal nº 510 de 2024, art. 23, IV).

Fiscalização Setorial

- 4.13. O acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão. ($\underline{\text{Decreto Municipal n}^{\circ}}$ 510, de 2024, art. 19, $\underline{\text{IV}}$).
- 4.13.1. A fiscalização técnica, administrativa e/ou setorial será realizada por um único agente público (Decreto municipal n. 510, parágrafo único do art.22).
- 4.13.2. Aplicam-se, no que couberem, os itens anteriores às compras em que não se utilizem o instrumento de contrato.

Gestor do Contrato

- 4.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, IV).
- 4.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal $510 \, n^{\circ}$, de 2024, art. 21, II).

- 4.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, III).
- 4.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo е setorial quanto ao cumprimento obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos е aferidos, е а eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, VI).
- 4.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto municipal nº 510, de 2024, art. 21, VIII).

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

5.1. Os bens serão recebidos de acordo com a programação elaborada pela secretaria demandante, a partir do recebimento da ordem de serviços emitida pelo setor de compras da Prefeitura Municipal de Jequitaí.

Liquidação

- 5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação.
- 5.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n° 14.133, de 2021.
- 5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- 5.3.1. o prazo de validade;
- 5.3.2. a data da emissão;
- 5.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 5.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 5.3.5. o valor a pagar; e
- 5.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 5.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 5.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Prazo de pagamento

5.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Não havendo pagamento no prazo citado, o valor devido será atualizado monetariamente pelo do INPC (IBGE), e acrescido de multa equivalente a 0,2% ao dia, limitado a 2% (dois por cento), que terá como base de cálculo o valor inicial não pago tempestivamente.

Forma de pagamento

- 5.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma presencial, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

Forma de fornecimento

6.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

6.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) Sítios oficiais das Fazendas Nacionais (Municípios, Estados ou Receita Federal do Brasil), Caixa Econômica Federal, Justiça do Trabalho, dentre outros.
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e
 Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da
 União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)
- 6.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 6.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

a I

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Habilitação jurídica

- 6.12. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.13. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 6.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.15. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 6.16. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.17. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 6.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 6.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.20. Prova de regularidade fiscal Fazenda perante а Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Ativa da União (DAU) por elas administrados, Dívida inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do

Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 6.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.22. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição, conforme modelo **Anexo I**;
- 6.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.24. **Prova de inscrição** no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.25. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 6.28. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 6.28.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

6.29. Não será necessário.

Documentação Complementar

- 6.30. **Declaração Unificada** conforme apêndice do Anexo
- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 7.1. O custo estimado total da contratação é 57.499,28 (cinquenta e sete mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e oito centavos), conforme custo unitário aposto na tabela acima.
- 8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 13.122.0002.2141.33903000 Ficha: 1308.
- 13.122.0002.2141.33903900 Ficha: 1312.
- 13.392.0020.3089.44905200 Ficha: 1360.
- 13.392.0020.2144.33903000 Ficha: 1327.
- 8.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva liberação dos créditos е correspondentes, mediante apostilamento.

Adriana Santos Duarte

Secretária Municipal de Turismo e Cultura

(assinatura e carimbo) Apêndice do Anexo I - Declaração Unificada

Ao município de Jequitaí





Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Objeto: Contratação de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

- 1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal;
- 3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos <u>incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;</u>
- **4.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5. Organizada em cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6. Enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (se for o caso), cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXX de 20XX.

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX (assinatura e carimbo)

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Processo Administrativo n°. --/2024. Dispensa Presencial n°. --/2024.

CONTRATO	ADMINIS	TRATIVO	No
/2024, Q	UE FAZEI	M ENTRE	SI O
MUNICÍPIO	DE JEQ	M/ÌATIU	3, POR
INTERMÉDI	0	DO	(A)
			E

O Município de Jequitaí/Mg, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Cristo Redentor, nº. 199, Centro, Cidade de Jequitaí/Mg, inscrito(a) no CNPJ sob o n°. 18.279.083/0001-65, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), CPF, RG, denominado CONTRATANTE, doravante е, inscrito(a) no CNPJ/MF sob, sediado(a), doravante designado neste ato representado(a) CONTRATADO,, tendo em vista o que consta no Processo nº --/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Presencial de Licitação nº --/2024 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Itens da aquisição:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01		Unid.				

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Presencial, caso existentes;

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITAI ESTADO DE MINAS GERAIS Praca Cristo Padontor, 199, Contro, CEP: 39,370,000



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPC FIPE Índice de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Fornecer os produtos no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido.
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a fornecimento dos produtos e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.1.9. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ($\underline{\text{Lei}}$ nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento do objeto contratual.
- 9.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta; 9.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 9.16. Proceder conforme princípio da boa-fé objetiva, atendendo as justas expectativas do ente público contratante, considerando o fim público a que se destina o objeto.



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no $\frac{\text{art. }155 \text{ da}}{\text{Lei } n^{\circ} 14.133}$, de 2021, quais sejam:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- i) fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - j.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 1) praticar ato lesivo previsto no <u>art. 5° da Lei</u> nº 12.846, de 1° de agosto de 2013.
- 11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 7.1.a) deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- b) Multa de 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.a) a 7.1.l);
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.b) a 7.1.g) deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.h) a 7.1.l), bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9°)
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°).
- 11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)
- 11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°).
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (<u>art.</u> 156, §1°):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e Administração Pública que também tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159). 11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade análise jurídica prévia (art. 160)
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do $art.~163~da~Lei~n^\circ$ 14.133, de 2021.
- 11.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os <u>artigos 138</u> e 139 da mesma Lei.
- 12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.





Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

- 12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.2.3. Indenizações e multas.
- 12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.4. E ainda, o contrato poderá ser extinto:
- 12.4.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 12.4.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3°, § 3°, do Decreto n.° 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:
- 13.122.0002.2141.33903000 Ficha: 1308.
- 13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n° 14.133, de 2021, e demais normas municipais e nacionais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de</u> 2021.
- 15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito a Comarca de Pirapora/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1°, da Lei nº 14.133/21.

Jequitai, [dia] de [mês] de [ano].

Página 39 | 43



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

Procedimento Licitatório --/2024 - Prefeitura Municipal de Jequitaí - MG. Dispensa --/2024.

EMPRESA PROPONENTE/LICITANTE:

ENDEREÇO: TELEFONE: CNPJ: E-MAIL:

Destinatário: Agente de Contratação e Equipe de Apoio do Município de Jequitaí.

Objeto: Contratação de empresa para locação e fornecimento de materiais e equipamentos musicais diversos para a celebração e ornamentação natalina de 2024 para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Para fornecimento dos produtos, apresentamos a nossa proposta:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNID	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Fonte mangueira redonda	114	Unid.			
2	Refletor slim 50w 12x15cm	6	Unid.			
3	Mangueira redonda 220 v azul	300	MT			
4	Mangueira redonda 220 v vermelha	100	MT			
5	Mangueira redonda 220 v verde	100	MT			
6	Mangueira led redonda 220 v bq	1200	MT			
7	Mangueira led redonda 220 v bf	300	MT			
8	Refletor slim 50w 11x14cm	04	Unid.			
9	Refletor slim 50w verde	04	Unid.			
10	Mangueira 50/50 bf	200	MT			
11	Cordão de luz 100 mts	01	Unid.			
12	Lâmpada bolinha	100	Unid.			
13	Locação de Presépio tamanho real confeccionado em fibra de vidro e revestido com roupas de tecido sintético e composto por: Maria, José, os 3 Reis, Menino Jesus e os animais (vaca, burro e carneiro) e uma manjedoura.	01	Unid.			
14	Locação de trenó de 80 cm de largura, 2 m de comprimento confeccionado em barra de metalon revestido em chapa de alumínio com estofado em material corinho sintético	01	Unid.			
15	Locação de Árvore de natal	01	Unid.			



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

	confeccionada em metalon e coberta				
	com festão verde e uma Estrela de				
	Davi revestida de cordão em neon.				
16	Locação de Renas em tamanho real	02	Unid.		
10	confeccionada em fibra de vidro.	02	onia.		
17	Bolas de vinil brancas 45 cm	90	Unid.		
	Bolas de natal ornamentais brilhantes				
18	lisa de natal 45 cm cores vermelha,	45	Unid.		
	azul, dourada e prata				
	Bolas de natal ornamentais brilhantes				
19	lisa de natal 25 cm cores vermelha,	120	Unid.		
	dourado, azul e prata.				
20	Laços de natal vermelhos grandes 50	2.0	** ' 1		
20	cm	30	Unid.		
21	Sinos grandes dourados de enfeite 50	2.0	TT 2-3		
21	cm dourado	20	Unid.		
22	Estrelas grandes 15 cm cor dourada	15	Unid.		
23	Flores natalinas douradas e vermelho	60	Unid.		
2.4	Rolos de fita aramada decorativa para	6	TT-0 - 1 - 2		
24	natal cores diversas 6,3cm x 9,14 m	0	Unid.		
25	Festão verde	05	MT		
26	Tecido Cetim cores diversas	20	MT		
27	Tecido Malha Helanquinha cores	21	МТ		
27	diversas	21	MI		
	caixa tambor: Peso da caixa de				
	bateria 1,8 kg Material do corpo do				
	casco Alumínio Tipo de caixa de				
28	bateria Guerra Pele de ataque Não	01	Unid.		
20	Material do aro Alumínio Largura do	01	onia.		
	aro 15 cm Quantidade de parafusos de				
	afinação 07 Tamanho da caixa de				
	bateria 14" x 15cm				
	Pandeiro Dimensão 10 x 30 x 30 cm;				
29	540 g; Material Acrilonitrila	01	Unid.		
27	butadieno	01	onia.		
	estireno				
	Viola de 10 cordas Tarraxas:				
	Niqueladas 5+5; Tipo: Acústica; Faixa				
30	e Fundo: Linden; Tampo: Linden; Cor:	01	Unid.		
	Preto Acabamento: Verniz Brilhante;				
	Braço: Cedro Cordas: 10 cordas em				
	aço. Garantia: 03 meses				ļ
	Violão Nylon; Tampo: Linden; Faixa e				
	10 1	1	1	1	1
	fundo: Linden; Tarraxas: Pino grosso				
2.1	niqueladas; Braço: Catalpa; Escala:	0.7			
31	niqueladas; Braço: Catalpa; Escala: Maple Escurecido; Trastes: 19 em	01	Unid.		
31	niqueladas; Braço: Catalpa; Escala: Maple Escurecido; Trastes: 19 em Alpaca; Acabamento: Verniz brilhante;	01	Unid.		
31	niqueladas; Braço: Catalpa; Escala: Maple Escurecido; Trastes: 19 em	01	Unid.		

Os preços propostos já incluem os custos diretos e indiretos para a execução do objeto, inclusive custos tributários, previdenciários e patronais, afigurando-se o único preço a pagar em caso de aceitação desta proposta.

Compreendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição



Praça Cristo Redentor, 199, Centro - CEP: 39.370-000 CNJP: 18.279.083/0001-65 - Tel: (38) 3744-1409.

Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Proposta com vigência de 60 (sessenta) dias.

Local, data

Assinatura